

## “Here begynnyth a schort tretys”: disputas de poder e de gênero em *The book of Margery Kempe* (1436)

Carolina Niedermeier Barreiro<sup>1</sup>

### RESUMO

A prática da escrita no período medieval era bastante restrita – aos clérigos, aos homens. No entanto, encontramos exceções à regra. Margery Kempe, por exemplo, foi uma mulher leiga que escreveu uma obra autobiográfica em meados do século XV. A partir de seu livro, *The Book of Margery Kempe*, tentaremos apontar algumas questões relativas aos estudos de gênero. Entendendo seu texto como um espaço possível para as disputas discursivas sobre gênero (suas relações e configurações), buscaremos apontar alguns indícios de como esses elementos aparecem em *The Book*. Destacaremos a partir deles os movimentos de aproximação ou de afastamento de Margery Kempe em relação às normativas de gênero comuns ao medievo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Idade Média. Mulheres Escritoras. Gênero.

### ABSTRACT

Writing in the medieval period was quite restricted – to clericy, to men. Nonetheless, we can find some exceptions to this rule: Margery Kempe, for example, was a lay woman who wrote an autobiographical book in the middle of the fifteenth century. From her work, *The Book of Margery Kempe*, we will attempt to point out some questions relating to the gender studies. Understanding her text as a possible space for discursive disputes about gender (its relations and configurations), we will attempt to point out some evidences about how these elements appear in *The Book*. From such evidences, we will highlight the movements of approach or withdrawal of Margery Kempe in relation to the norms of gender, common to the Middle Ages.

**KEYWORDS:** Middle Ages. Women Writers. Gender.

---

<sup>1</sup> Carolina Niedermeier Barreiro. Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. [carol.niedermeier@gmail.com](mailto:carol.niedermeier@gmail.com)

“*Here begins a short treatise*” foi como Margery Kempe deu início, ainda no proêmio, a seu livro autobiográfico conhecido pela historiografia como *The Book of Margery Kempe*. Este é um dos poucos livros da Baixa Idade Média compostos por mulheres que temos conhecimento e acesso. Em um mundo fundamentalmente oral e masculino, poucos foram os trabalhos textuais elaborados por figuras femininas, em especial por leigas e não-nobres. Não à toa. A escrita e a erudição de modo geral eram ensinadas e instrumentalizadas por homens, em especial clérigos, e a fala das mulheres constituía um perigo fundamental para o medievo.

Antes de nos determos nesse ponto é importante destacar que havia nos séculos finais da Idade Média um conflito de gênero relevante e que circunscreve nossa análise: a partir da Baixa Idade Média, mais mulheres acessaram a escrita que era até então praticamente restrita aos homens, com raras exceções (DRONKE, 1995). O acesso ao texto – que se tornava mais plural também em relação aos leigos através das escritas vernaculares – constituía uma ameaça importante ao domínio masculino e clerical. Se antes cabia a eles, intermediários do divino, falar sobre Deus, a partir dos séculos finais tal domínio se tornava cada vez mais inquieto, instável e constantemente ameaçado. Abriam-se às mulheres novos espaços de intervenção e de interlocução que escapavam à esfera doméstica, de modo que os domínios entre masculino e feminino eram confundidos pela intervenção de mulheres no campo da escrita (BODDEN, 2011; BYNUM, 1984).

Para além do abalo entre as hierarquias de gênero nas possibilidades de acesso ao texto, destacamos outra questão fundamental. Podemos encontrar uma longa lista de análises historiográficas sobre os discursos masculinos em relação às mulheres, passando por sumas teológicas até os diversos manuais de confessores. Essas análises profícuas demonstraram extensamente a circulação de discursos misóginos comuns aos espaços clericais e universitários (BLOCH, 1995; DUBY, 2012). Propomo-nos, porém, a um exercício diverso. Considerando os textos escritos por mulheres nos

perguntamos como as relações de gênero foram elaboradas nesses espaços? Em outras palavras, como as disputas de gênero e de poder se apresentam quando analisamos textos escritos por mulheres?

Nossa documentação está claramente delimitada às narrativas literárias. Mais do que isso, está delimitada a textos não-oficiais, não-institucionais, elaborados por mulheres – nesse caso, uma mulher leiga. Na historiografia tradicional muito se questionou sobre as possibilidades analíticas de textos literários. Em uma tradição marcada especialmente pelo positivismo, a concepção historiográfica legada à história disciplinar foi submetida aos fatos políticos e militares, aos documentos oficiais e escritos. Foi submetida ainda às biografias de grandes sujeitos que fornecessem os recursos discursivos exigidos para fundamentar a nação – os conhecidos heróis dos Estados-nações modernos. Neste ponto nos parece claro demonstrar que essas foram, sobretudo, histórias masculinas.

Centradas em espaços públicos, as documentações forneciam indícios sobre como os homens atuaram no tempo (dizia-se que a história é a ciência dos *homens* no tempo o que evidentemente não estava errado). Uma vez que a modernidade legou às mulheres o espaço do lar, é fácil perceber como uma narrativa baseada em documentações públicas, tratando em especial de temas políticos e militares, excluiu de suas linhas argumentativas determinados sujeitos (SCOTT, 1995; PEDRO; SOIHET, 2007).

Para falarmos em história das mulheres e em estudos de gênero é necessário ir *além* dos documentos tradicionalmente masculinos. Não abandoná-los, mas confrontá-los com outras narrativas, outros discursos e, em especial, outras personagens. A literatura entra aqui como um campo privilegiado sobre o qual pretendemos nos debruçar. Sabemos que este é um campo que obedece às suas próprias regras discursivas, mas precisamente por constituir discursos que a literatura nos permite pensar como as relações de gênero foram delimitadas e reconstituídas, tanto a partir das normativas quanto de textos que escapam à regulamentação masculina e, em nosso caso, eclesiástica. Foi a partir do campo literário que algumas

mulheres conseguiram escapar às delimitações domésticas, levando a outras esferas suas concepções sobre o divino e sobre si mesmas.

Recuperamos dois elementos que para Joan Scott (1995) estão relacionados ao gênero. Em primeiro lugar, os símbolos culturalmente disponíveis e que evocariam certas representações simbólicas. Essas representações culturais que Scott destaca passam, em grande medida, pelas próprias produções textuais a exemplo de Eva e Maria. As cantigas de Santa Maria, escritas por Afonso X como “Entre Av’ e Eva”, reforça esse aspecto e apresenta o campo dual em que as mulheres poderiam se inserir: entre Ave (Maria, a mãe de Deus) e Eva (a pecadora, responsável pela Queda humana). Esses aspectos estão intimamente relacionados ao segundo elemento levantado por Scott, as normativas que limitam, regulam e contêm as possibilidades metafóricas das representações. As questões de gênero, tanto através de evocações das representações simbólicas quanto de normativas, são disputadas e determinadas também através de elaborações literárias e discursivas.

Importante destacar que não buscamos encontrar nesses textos elaborações propositadas sobre gênero – não é sequer nossa pretensão defender se é possível ou não atentar às “intenções autorais” das narrativas. Nos preocupamos com os discursos e suas funções instáveis e não-uniformes; como instrumentos e efeitos de relações de poder, podendo produzi-las ou torná-las igualmente instáveis (FOUCAULT, 2014). Pensamos no discurso, enfim, como campo de correlações de forças em que a disputa por gênero ganha um espaço privilegiado de confronto, de tensionamento.

O que propomos, portanto, é uma leitura de elementos marcados pelas relações de gênero e que são instrumentalizados nas narrativas: de que modo são constituídos esses elementos, o que nos respondem sobre as relações de poder entre clérigos e mulheres leigas, dentre outros questionamentos possíveis. Nesse trabalho nos concentraremos especialmente em aspectos relacionados à possibilidade de *enunciação* de Margery Kempe: a possibilidade do falar.

## **The Book of Margery Kempe e a narrativa autobiográfica**

Antes de nos atentarmos às análises propriamente ditas, faremos uma breve apresentação do documento e de Margery Kempe, sua autora. *The Book of Margery Kempe* (nome dado pela historiografia, uma vez que era comum no medievo a não-atribuição de título aos textos) foi concluído no ano de 1436. Escrito em língua vernacular (portanto em inglês, não em latim), a obra se propõe a contar a trajetória pessoal de Margery Kempe e de sua relação com a religiosidade e com as intervenções divinas em sua vida.

Trata-se de uma autobiografia que dialoga com outros gêneros literários, exatamente porque inclui na narrativa a relação com o divino – através de visões místicas (como livros de revelações) ou da aproximação com textos hagiográficos na construção de santidade. Na narrativa de suas virtudes, de intermediação com a figura de Cristo e mesmo na realização do que podemos tomar como milagres, Margery Kempe oscila em sua aproximação ao caráter de santidade (VAUCHEZ, 2003).

A obra sobreviveu através de um manuscrito datado do século XV que teria pertencido à ordem cartusiana de Mount Grace e foi redescoberto em 1934. Apesar de produzido em Norfolk, o manuscrito sobreviveu em um mosteiro de Yorkshire (o que nos leva a questionar acerca da circularidade do documento). Sua autoria foi atestada graças a excertos de uma impressão de 1501, em que Wynkyn de Worde (quem elabora o manuscrito) mencionou seu nome como responsável pelo texto. Esses excertos foram reproduzidos por Henry Pepwell em uma seleção de peças místicas de 1521. MS Additional 61823, o manuscrito de *The Book of Margery Kempe*, encontra-se hoje na British Library (ARNOLD; LEWIS, 2004).

Margery Kempe dá início à narrativa do livro com o relato de seu primeiro parto. A partir do nascimento da criança Margery teria ainda enlouquecido e, após intervenção de Jesus Cristo, ingressaria em uma vida de devoção espiritual. Cristo intercederia por ela, salvando sua alma – a de

uma mulher que até então não teria confessado seus pecados, erro grave se considerarmos que a confissão anual era obrigatória nesse período.

A figura interventora de Cristo, por sua vez, é comum a vários textos escritos por mulheres contemporâneas a Margery e dialoga com a própria mudança devocional ocorrida nos séculos finais do medievo, adotando em especial a *imitatio* (ou imitação de Cristo e de seus sofrimentos durante a Paixão) como forma de religiosidade. Caroline por exemplo, traça algumas dessas mudanças devocionais especialmente ligadas às mulheres. Além da *imitatio*, a autora destaca a importância da eucaristia para a religiosidade dessas personagens, ressaltando a relação particular com o corpo e com a comida (BYNUM, 1984).

A verdadeira devoção de Margery, no entanto, viria somente após tentativas fracassadas de empreendimentos comerciais, em que a autora passaria a desejar a castidade dentro do matrimônio. Pelos sucessivos fracassos econômicos:

some wise men, whose minds were more grounded in the love of our Lord, said it was the high mercy of our Lord Jesus Christ that called her from the pride and vanity of this wretched world. (...) Then she asked God for mercy (...) and began to enter the way of everlasting life (KEMPE, 2004, p. 45)<sup>2</sup>.

O fracasso, como um sinal de Cristo para que abandonasse seu orgulho, fez com que a autora passasse então a se dedicar à vida religiosa. Podemos questionar se não há aqui um primeiro indício dos elementos de gênero que marcam o texto. Conforme já destacado por pesquisadoras como Sharon Farmer, sabe-se que houve participação de mulheres em redes comerciais, mas essa participação se dava especialmente a partir dos negócios de seus esposos, e mesmo nesses casos elas não eram necessariamente reconhecidas como pares (FARMER; PASTERNAK,

---

<sup>2</sup>“Alguns homens sábios, cujas mentes estavam mais ancoradas ao amor de nosso Senhor, disseram que havia sido a grande misericórdia de nosso Senhor Jesus Cristo que a chamou de seu orgulho e vaidade desse mundo miserável (...) Então ela pediu a Deus por misericórdia e entrou em um caminho da vida eterna” (Tradução livre).

2003). De modo geral, o comércio se constituiu como um campo masculino –o que fica claro quando Kempe ressalta como certos homens atribuíram à graça divina seu afastamento dos empreendimentos. Pode-se sugerir que esse momento reflete simplesmente um processo de devoção religiosa que exigiria seu afastamento do mundo (uma vez que o comércio faria parte da esfera mundana). No entanto, desde pelo menos o século XIII e a emergência das ordens mendicantes, a inserção no mundo adquiria novo caráter – a devoção não exigia mais a reclusão do mundo (VAUCHEZ, 1995).

Por outro lado, o próprio comércio teria um papel importante para a trajetória de Margery Kempe, membro de uma família mercantil central em King’s Lynn, sua cidade natal. King’s Lynn, era também um ponto capilar de rotas comerciais inglesas à época, constituindo-se como uma cidade episcopal com sua guilda própria instituída desde 1204. Isso teria levado a um interesse especial da monarquia pela cidade, lançando os grupos mercantis de King’s Lynn a um importante status social e político.

No centro dessas relações estaria o próprio pai de Margery, John Burnham, figura de liderança política e econômica na guilda Trinity Guild (GOODMAN, 2002). Sendo o comércio aspecto central de sua própria família, descartamos a desqualificação de seu empreendimento como justificativa para um afastamento do mundo. Parece-nos provável que o fracasso na narrativa fosse decorrência das próprias relações de gênero que dificultavam a presença feminina nas trocas comerciais.

A partir desse momento Margery Kempe teria se dedicado intensamente à vida religiosa, cuja devoção se daria através de lágrimas e soluços por amor a Cristo e de longas peregrinações religiosas. Esses dois aspectos são importantes na narrativa, mas também se sobressaem na medida em que indicam a relação da religiosidade feminina com o corpo. A associação da identidade das mulheres à dimensão corporal era frequente nos discursos masculinos e estava ligada à inferioridade hierárquica em relação ao intelecto associado aos homens. Se para os sujeitos masculinos a conexão com o corpo era negativa, em *The Book* a devoção de Margery e sua

consequente conexão com Cristo passariam justamente pela relação corporal.

A narrativa conta como alguns companheiros de peregrinação “rebuked her shamefully and chided her harshly, and said they would not put up with her as her husband did (...)” (KEMPE, 2004, p. 97)<sup>3</sup>. Além da recorrência da reprovação como uma *imitatio* do sofrimento de Cristo, destacamos como Margery Kempe descreve sua relação com o corpo como objeto de estranhamento e de desconforto para terceiros. Essa relação, no entanto, é validada por Cristo, fonte de suas lágrimas. Sendo seu comportamento fruto de uma inspiração divina, não haveria nada de reprovável, seria louvável.

A leitura da obra, no entanto, apresenta algumas dificuldades. Em primeiro lugar é preciso reconhecer as implicações de uma elaboração conjunta do texto. Como iletrada, ao menos não completamente alfabetizada, Kempe precisou narrar sua obra para a escrita efetiva de um escriba, cabendo a ela a supervisão do trabalho. As relações de gênero tornam-se complicadas aqui. Segundo o próêmio, teriam existido duas versões do livro: a primeira elaboração parecia ilegível e precisou ser reescrita anos depois por outro escriba, novamente sob supervisão de Margery Kempe.

O manuscrito foi composto a partir da narrativa oral de Kempe e da compilação de outros letrados, fazendo de *The Book* uma produção conjunta, colaborativa. Escribas, tradutores e compiladores podem ser entendidos como co-autores das obras na medida em que suas escolhas interferem diretamente na elaboração do manuscrito (quais passagens omitir ou incluir, quais textos traduzir e por quais palavras). Stephen Nichols oferece uma perspectiva importante quando aponta que “Rather than seeing scribal literary transmission over time as adulterating the works they addressed, we perceived the existence of multiple versions as betokening an active

---

<sup>3</sup>“Censuraram-na vergonhosamente e repreenderam-na severamente, e disseram que eles não iriam colocar-se com ela como seu marido havia feito (...)” (Tradução livre).

milieu of reproduction”<sup>4</sup> (NICHOLS, 2014, p. 15). Menos do que adulteração do trabalho, essa intervenção pode ser pensada de forma colaborativa. Este poderia ser um elemento problemático de análise, mas acreditamos que é precisamente nas distensões entre discursos eclesiásticos comuns sobre as mulheres e a própria narrativa de *The Book* que podemos encontrar possibilidades de reflexão.

Grande parte do que sabemos sobre a figura de Margery Kempe é fruto de seu próprio livro autobiográfico. Ela teria nascido em 1373 na cidade portuária de King’s Lynn, cidade comercialmente relevante na região de Norwich. Filha do já mencionado mercador local, teria falecido por volta de 1438. Segundo o próprio livro, Margery teria ainda se casado com John Kempe, cuja família estaria também inserida na atuação comercial, mas que possivelmente teriam uma importância social menor do que os Burnham. Em certo momento da narrativa essa diferença de poder entre as famílias é destacada. O marido que havia pedido a Margery para abandonar seus modos orgulhosos, foi assim respondido: “sharply and shortly, and [she] said that she was come of worthy kindred – he should never have married her”<sup>5</sup> (KEMPE, 2004, p. 44), destacando a importância de seu pai e conseqüentemente de sua família.

Esse é um ponto importante da obra que aponta um matrimônio desigual mas que, surpreendentemente, tinha na família de Kempe o maior destaque. Assentada em uma hierarquia econômica, Margery narra um enfrentamento direto com o esposo. Ao falar sobre os discursos misóginos Georges Duby destaca que uma das principais conseqüências da interferência de Eva na queda da humanidade havia sido exatamente a punição específica às mulheres: dentre elas, a obediência necessária ao marido (DUBY, 2013). O autor destaca também a figura de ameaça feminina

---

<sup>4</sup> “Ao invés de ver a transmissão literária do escriba ao longo do tempo como adulteração dos trabalhos que abordaram, percebemos a existência de múltiplas versões que apontam um meio de reprodução ativo” (Tradução livre).

<sup>5</sup> “curta e bruscamente, e disse que ela havia vindo de um parentesco digno – ele nunca deveria ter se casado com ela” (Tradução livre).

dentro do lar, em especial a partir desse aspecto: as esposas constituíam uma ameaça sempre e quando tentassem inverter a ordem hierárquica natural, quando tentassem se sobrepor aos esposos.

### **Gênero, poder e discurso**

Para falarmos das relações de gênero, é preciso destacar de que modo a entendemos e como estas se relacionam como nosso objeto de pesquisa – o texto narrativo e os discursos. Entendemos as relações de gênero como formas de significar relações de poder (SCOTT, 1995). As relações hierárquicas estabelecidas entre os diferentes gêneros são, em nossa perspectiva, ligadas às próprias relações de poder estabelecidas. Assim, ao aproximarmos as relações de gênero com o poder, pensamos em todas as esferas em que este aparece e em que é disputado, dentre elas o campo discursivo. Nesse sentido, encontramos no discurso uma das esferas de conflito por poder que, por outro lado, é em si mesmo objeto de desejo e luta (FOUCAULT, 2013). Em outras palavras, o discurso é um campo em que se travam disputas e é ele próprio, o discurso, objeto de disputa. Nesse sentido, gênero, poder e discurso estão interrelacionados, interferindo-se mutuamente como esferas e como instrumentos de conflitos. Pensamos no discurso como campo em que as relações de gênero, portanto de poder, aparecem em disputa, é nesta esfera em que concentramos nosso objeto de análise.

Isso significa dizer que os discursos não são apenas uma correlação infrutífera de relações de poder que encontramos em outras esferas. É um campo fundamental dessas disputas e é onde as relações de gênero são também *criadas* – nesse sentido, entendemos o discurso em sua capacidade positiva, na possibilidade de criar identidades, conflitos, compreensões e relações de gênero. Desse modo e sendo gênero um conjunto de atos repetidos dentro de uma estrutura reguladora que produz a aparência de substância, o próprio discurso é um campo em que essas estruturas

reguladoras se inscrevem (BUTLER, 2003). No entanto, como já apontado por Michel Foucault, se o discurso produz poder, ele também gera as possibilidades de miná-lo (FOUCAULT, 2014) – possibilidades portanto de afrontamentos, de ressignificações e de deslocamentos.

Essas considerações são importantes para que entendamos as relações de gênero que aparecem no texto de Margery Kempe, e seu próprio texto como uma esfera de disputa pelas concepções de feminino e masculino. O gênero pode ser aplicado aos sujeitos como uma marca de diferença linguística, biológica e/ou cultural (BUTLER, 2003), sendo disputado através de diversos campos, dentre eles o discursivo sobre o qual nos debruçamos.

Nesse sentido, destacamos uma vez mais os enunciados masculinos referentes às mulheres. Sendo o discurso objeto de poder e um dos campos de disputa e de veiculação das relações de gênero, controlar a fala era garantir uma preponderância – a dos homens, especialmente clérigos e nobres. Não será incomum, portanto, a tentativa de desestabilizar as falas femininas em textos escritos por homens. Um dos recursos utilizados para isso teria sido a própria figura de Eva. Lembramos que Joan Scott destaca algumas esferas de interação e inserção do gênero importantes para sua elaboração, dentre elas os símbolos culturalmente disponíveis e que evocam representações simbólicas dos gêneros (SCOTT, 1995). Eva, na narrativa cristã, teria não só se apoderado do fruto proibido como teria convencido Adão a pecar consigo. Através da fala Eva condenaria não somente seu companheiro como toda a humanidade, especialmente sua parte feminina.

Se a enunciação das mulheres tornava-se por si só um elemento de perigo, os textos masculinos trabalhavam para deslocá-las dessa possibilidade. Através de discursos que limitavam as faculdades femininas ao corporal e associavam o masculino ao intelecto e ao espírito, eles retiravam das mulheres qualquer possibilidade de acesso à razão. Deslocadas desta em função de seus corpos, as mulheres não teriam contribuições intelectuais *ainda que* suas falas não fossem uma ameaça. Há

um duplo movimento de incapacitá-las para a razão e de silenciá-las através do perigo que constituíam para a humanidade.

É importante notar que além de textos escritos por homens temos o trabalho de Christine de Pizan (1363-1430). Em *A Cidade das Damas*, obra bastante conhecida pela historiografia, Christine critica a desvalorização intelectual das figuras femininas. Entre diversas obras, a autora faz referência ao *Roman de la Rose*, concluído por Jean de Meun em 1280, como um texto particularmente negativo em relação às mulheres.

Desse modo, a fala feminina aliada à religiosidade que desafiava a disciplina cristã tornava-se um elemento potencialmente perigoso tanto por sua capacidade de afrontar as normatizações clericais, quanto por sua capacidade de pôr em tensão as relações de gênero definidas. Se havia uma preponderância masculina sobre a escrita e sobre as determinações de gênero, apropriar-se da fala poderia desestabilizar essa preponderância.

Durante as reformas da Igreja, que se estenderam até o século XIII, houve um esforço para instrumentalizar o clero com a doutrina ortodoxa cristã. Para isso, ter domínio sobre as Escrituras e sobre os sermões era um ponto importante que garantiria o bom cumprimento de suas funções. Esse domínio acabou reservado em grande medida aos clérigos, cabendo às mulheres um pequeno conhecimento sobre os textos bíblicos através de intermediários também masculinos. Em uma análise dos manuais de confissão luso-castelhanos José Rivair Macedo destaca um novo modelo penitencial nos séculos XIII ao XV e que envolveria “o monopólio da confissão pelo padre da paróquia, elevado à condição de ‘diretor de consciência’, e as exigências de formação doutrinal, moral e, inclusive, canônica, impostos pela prática confessional”, elementos destacados por uma vasta historiografia (MACEDO, 2009). Nesse sentido, observa-se a maior produção dos manuais de confissão como manuais de instrumentalização clerical e o monopólio de certas práticas religiosas.

A proibição de pregação feminina tomaria como base os próprios ensinamentos de São Paulo, que teria estipulado: “A mulher deve aprender

em silêncio, com toda a sujeição. Não permito que a mulher ensine, nem que tenha autoridade sobre o homem” (1 Timóteo 2:11, 12). Não podendo ensinar, a mulher deveria estar necessariamente afastada da pregação.

Na obra de Margery Kempe, os textos religiosos e o exercício do sermão apareceram com destaque e, o que nos parece mais relevante, não se colocaram exclusivamente através das figuras clericais masculinas. O capítulo 52 de *The Book* é um dos momentos em que o uso das Escrituras e mesmo de uma espécie de *exemplum*, fundamental também para o papel pastoral do clero secular, é evidente. A partir do repúdio aberto de um clérigo que havia ido pregar em York, Kempe havia sido escoltada até o arcebispo Henry Bowet (1407 a 1423) para que pudesse defender sua ortodoxia. Henry Bowet, no entanto, ficou conhecido por sua perseguição ao movimento lolardo – heresia da qual Margery Kempe vinha sendo acusada.<sup>6</sup>

O primeiro questionamento de Henry Bowet a Margery Kempe teria sido a respeito das roupas brancas que a autora havia adotado quando dos votos de castidade dentro do matrimônio e que estariam ligadas à condição de virgindade (usá-las dentro de um matrimônio com filhos não era bem visto pela contradição ao aspecto virginal da castidade). O questionamento é relevante se pensarmos que este é também um marco de gênero: as santas deveriam carregar majoritariamente a virtude da virgindade a exemplo de Virgem Maria. Além disso, não descartamos a possibilidade de que uma construção quase hagiográfica do texto fosse também um mecanismo para trazer a si uma autoridade terrena, dando a Margery Kempe a possibilidade de falar.

Seguindo a narrativa, o arcebispo teria se dirigido a uma capela junto de outros clérigos, para que questionassem a autora em sua fé:

---

<sup>6</sup> Os lolardos faziam parte dos movimentos reformadores da Inglaterra no século XIV, dirigindo fortes críticas ao clero, de modo que passaram a ser perseguidos por heresia (DICKENS, 2009). Outro aspecto importante do movimento era seu posicionamento diante da possibilidade de acesso a textos religiosos. Nesse sentido, teriam traduzido diversos textos do latim para o inglês e seus ensinamentos teriam buscado informar também mulheres (MCAVOY, 2004).

And then, after the Archbishop had put to her the Articles of our Faith – to which God gave her grace to answer well, truly and readily, without much having to stop and think, so that he could not criticize her – he said to the clerics, ‘She knows her faith well enough. What shall I do with her?’<sup>7</sup> (KEMPE, p. 63).

Nesse primeiro momento, há apenas a demonstração de Margery Kempe sobre o domínio da ortodoxia cristã, mas é precisamente isso que a impediria de ser acusada de heresia. A narrativa apresenta Margery como se tivesse com pleno domínio das questões que envolviam as Escrituras de modo que o arcebispo não poderia recriminá-la – “She knows her faith well enough”<sup>8</sup>, teria dito (KEMPE, p. 163). As próprias faculdades intelectuais da autora teriam contribuído para solidificar sua resposta, o que é importante se lembrarmos que as mulheres eram frequentemente associadas ao corpóreo, enquanto o intelecto era reservado aos homens.

Quando questionada ainda pelo arcebispo por ter ouvido diversos aspectos negativos sobre si, a autora teria respondido: “Sir, I also hear it said that you are a wicked man. And if you are as wicked as people say, you will never get to heaven”<sup>9</sup> (KEMPE, 2004, p. 163). Kempe elabora em sua narrativa uma resposta de afrontamento à autoridade do arcebispo – nesse ponto, podemos lembrar do próprio afrontamento lançado ao marido no início da obra. A escrita efetiva dessa atitude, se não de afrontamento ao menos de um equilíbrio de forças, nos parece central para pensarmos em uma desestabilização das hierarquias de gênero, em parte fundantes da própria autoridade clerical.

Seguindo as inquirições, os clérigos presentes teriam dito: “we will not allow her to dwell among us, because the people have great faith in her talk

---

<sup>7</sup> E então, depois que o Arcebispo havia posto a ela os Artigos de nossa Fé – a que Deus a deus graça para responder bem, verdadeira e prontamente, sem ter muito que parar e pensar, de modo que ele não poderia criticá-la – ele disse aos clérigos, ‘Ela conhece sua fé bem o bastante. O que eu devo fazer com ela?’ (Tradução livre).

<sup>8</sup> “Ela conhece sua fé bem o bastante”

<sup>9</sup> “Senhor, eu também ouço dizer que você é um homem perverso. E se você é tão perverso quanto as pessoas dizem, você nunca irá para o céu”. (Tradução livre).

and perhaps she might lead some of them astray”<sup>10</sup> (KEMPE, 2004, p. 163). Nesse ponto da narrativa há o destaque do discurso religioso institucional sobre o perigo da fala feminina, em que seu espaço de enunciação poderia desviar outros sujeitos. Essa fala, ressaltamos, estava ligada à mentira, à frivolidade, aos ardis femininos: se Eva havia enganado Adão e condenado toda a humanidade, por que não o faria uma mulher como Margery Kempe? Ela seria capaz de retirar os sujeitos da esfera de controle clerical masculino, invertendo as relações de poder e de autoridade.

Esse trecho não nos parece escrito apenas como reforço à perspectiva de que mulheres não podem falar – pois, em sequência, Margery comprova a ortodoxia e segue falando sobre Deus à sua maneira. Há um confronto com as expectativas clericais de seu silenciamento que pode ser percebido também na resposta que elabora quando o próprio arcebispo ordena que não mais ensine em sua diocese, se cale, portanto. Kempe teria dito:

‘No, sir, I will not swear’, she said, ‘(...). And also the Gospel mentions that, when the woman had heard our Lord preach, she came before him and said in a loud voice, ‘Blessed be the womb that bore you, and the teats that gave you suck’. Then our Lord replied to her, ‘In truth, so are they blessed who hear the word of God and keep it’. And therefore, sir, I think that the Gospel gives me leave to speak of God’<sup>11</sup> (KEMPE, 2004, p. 163).

Nesse ponto, Margery Kempe tensionou o monopólio sobre a palavra a respeito de Deus. O movimento que se coloca é duplo: tanto autoriza a fala feminina sobre Deus a despeito das restrições clericais masculinas, quanto usa a própria ferramenta discursiva desses sujeitos para gerar a autorização. Margery parte das Escrituras, elemento fundamental de sustentação da autoridade dos membros da Igreja, para criar uma

---

<sup>10</sup> “nós não permitiremos que ela viva entre nós, porque as pessoas têm grande fé em sua fala e talvez ela possa desviar alguns deles” (Tradução livre).

<sup>11</sup> Não, senhor, eu não vou jurar’, ela disse, ‘(...) E também o Evangelho menciona que, quando a mulher ouviu nosso Senhor pregar, ela foi até ele e disse em voz alta, ‘Abençoado seja o ventre que lhe trouxe e os seios que lhe amamentaram’. Então nosso Senhor respondeu a ela, ‘Na verdade, são abençoados aqueles que ouvem a palavra de Deus e a mantêm’. E então, senhor, penso que o Evangelho me permite falar sobre Deus” (tradução livre).

legitimidade a si mesma. Parte de uma autorização divina –de maior legitimidade que qualquer figura terrena – para estipular a si mesma a possibilidade de enunciação pública. Mais do que isso, permite-se recusar uma determinação vinda do próprio arcebispo – uma determinação apoiada na proibição de São Paulo a respeito da pregação feminina. Margery elaborou um discurso da figura feminina como figura de autoridade e que questiona o poder masculino dentro das hierarquias de gênero, tanto por legitimar-se - o que abala essa hierarquia - quanto pela recusa em ceder às ordenações de um arcebispo.

Ela não só gerou a autoridade para si, como estabeleceu uma possibilidade de intervenção para além da esfera doméstica, esfera que deveria conter a fala das mulheres dentro de um espaço limitado de enunciação. A autoridade torna-se central também ao pensarmos nas definições de autoria para o medievo. Jan Ziolkowski por exemplo, destaca como o *auctor* medieval está ligado, mesmo etimologicamente, à concepção de *auctoritas*. Os autores seriam aqueles escritores que conseguem “fazer crescer” (de *augeo*) a partir da autoridade, que a dominam (ZIOLKOWSKI, 2009).

Para constituir-se como autor era preciso um domínio de autoridade adquirida por aqueles dignos de fé e de obediência, atribuída de modo geral aos autores clássicos como Virgílio (ASCOLI, 2008). Nesse sentido, como poderia uma mulher leiga ser dotada de autoridade? Sugerimos que uma das estratégias encontradas por Margery Kempe foi justamente a atribuição própria dessa *auctoritas* através da validação divina e do domínio das Escrituras. Instituído-se com autoridade, poderia então tornar-se uma autora.

A relação com a autoridade de falar ao não-masculino e não-clerical pode ser pensada também diante do próprio uso do latim na narrativa. Nos capítulos finais da obra, e portanto já narrando os episódios finais de sua vida, *The Book* demonstra como o latim é dominado por uma mulher – não de modo completo, mas o bastante para ser usado publicamente e de forma a

contestar o comportamento masculino. Acompanhada de homens (a maioria, leigos), ela havia sido uma vez mais reprovada em seu comportamento:

“She, to excuse herself, quoted scripture against them, verses of the Psalter, ‘*Qui seminant in lacrimis*’ etc., ‘*euntes ibant et febant*’, etc., and such others. Then they were even angrier, and said that she should no longer travel in their company, and persuaded her man to abandon her”<sup>12</sup> (KEMPE, 2004, p. 280)

Uma mulher leiga havia se apropriado do latim (cujo domínio era quase exclusivamente masculino e clerical), utilizando-o para se defender e, portanto, para questionar diretamente as acusações e ofensas masculinas. Esse é um aspecto importante, uma vez que o uso do latim se constituía como elemento de distinção (POTESTÀ; VIAN, 2013). Não ao acaso, portanto, termos informado que *The Book* foi escrito em inglês.

Kempe se constitui como a figura de uma mulher leiga que conseguiu acessar uma linguagem hegemonicamente dominada por homens (como o uso do latim e das Escrituras), usando-a para inverter as relações de poder estabelecidas e autorizando-se a falar. Mas a autora não apenas se inscrevia nos espaços públicos (ou não domésticos) através da fala, mas também através do corpo. Em ambas as esferas, estipulava para si um espaço entre homens; um espaço de atuação religiosa cuja legitimidade era elaborada a partir de alguns mecanismos que sustentavam o próprio poder masculino, deslocando-os a seu favor.

Com relação ao corpo, retomamos os usos das lágrimas abundantes como expressão de religiosidade – em especial, a partir das visões religiosas ligadas à Paixão de Cristo. Desde o capítulo três, somos apresentadas/os a esse aspecto de sua religiosidade, justificado sempre pelo amor a Cristo e como um dom recebido através do Espírito Santo. As lágrimas aparecem ao longo de toda a narrativa, aumentando ou diminuindo sua intensidade

---

<sup>12</sup> “Ela, para se justificar, citou as Escrituras contra eles, versos dos salmos, ‘*Qui seminant in lacrimis*’ etc., ‘*euntes ibant et febant*’, etc., e outros. Então eles ficaram ainda mais bravos, e disseram que ela não deveria mais viajar em suas companhias, e persuadiram seu homem a abandoná-la” (tradução livre).

conforme os diferentes momentos da vida de Margery Kempe. Eram acompanhadas por soluços altos, rosnados e diferentes tipos de rugidos que tornavam uma devoção silenciosa em grande estardalhaço (com barulhos e movimentações corporais). Destacamos o momento de peregrinação a Jerusalém onde Kempe teve um dos momentos de maior força em sua devoção corporal:

(...) And when they came up to the Mount of Calvary, she fell down because she could not stand or kneel, but writhed and wrestled with her body, spreading her arms out wide, and cried with a loud voice as though her heart would have burst apart, for in the city of her soul she saw truly and freshly how our Lord was crucified. (...) she could not keep herself from crying and roaring though she should have died for it.<sup>13</sup> (KEMPE, 2004, p. 104)

A intensidade das lágrimas ligava-se à intensidade com que Kempe estava conectada a Cristo (e essa proximidade testemunharia a seu favor dentro de uma construção de santidade). Em todo caso, as lágrimas, soluços e demais ruídos eram constantes e confrontaram diretamente as expectativas da Igreja sobre o comportamento devocional feminino. Ao usarmos o termo “estardalhaço”, queremos sublinhar precisamente essa perspectiva. O comportamento da autora transbordaria os limites apropriados, o silêncio fundamental para a postura feminina. Escaparia à postura disciplinada de que se esperava de uma mulher no seio da igreja e mesmo fora dela.

Essa questão parece ficar mais evidente quando, na narrativa, Margery Kempe é acusada de falsidade e afastada dos espaços de pregação por conta de seu comportamento. O corpo, que é acessível através de si mesma e independe de um intermediário clerical, não poderia reter autoridade. O corpo feminino, fundamentalmente ligado à luxúria e ao

---

<sup>13</sup> “E quando vieram ao Monte Calvário, ela caiu porque não conseguia manter-se ou ajoelhar-se, mas se contorceu e lutou com seu corpo, esticando seus braços bem abertos, e chorou em voz alta como se seu coração fosse explodir, pois na cidade de sua alma ela viu verdadeira e recentemente como nosso Senhor foi crucificado. (...) ela não conseguia evitar que chorasse e rugisse, embora devesse ter morrido por isso” (tradução livre).

descontrole, é repetidas vezes confrontado na obra sem que Kempe abandone sua possibilidade de conexão com o divino.

O corpo apareceria aqui como um espaço de disputa tanto de legitimidade, quanto de inscrição de sua subjetividade, de tradução de suas práticas discursivas. Pensamos, por outro lado, no movimento de peregrinação de Margery Kempe não apenas como um afastamento físico, geográfico, mas também disciplinar. Afastar-se dos centros eclesiásticos era afastar-se de seu poder de regramento e de controle (MORRISON, 2000). Tem-se aí uma mulher leiga que gestou para si a possibilidade de tomar o espaço público (masculino) como um espaço de sua expressão – tanto através da enunciação, quanto dos movimentos corporais. Em recusa ao silêncio estipulado à mulher fora do lar, Margery Kempe falou.

Kempe conseguiu elaborar uma narrativa em que o papel feminino fosse imbuído de autoridade e de possibilidade de enunciação. Abriu espaço para que mulheres pudessem acessar, manusear e ressignificar as ferramentas discursivas de uso hegemonicamente masculino. Acessando as Escrituras, os sermões e mesmo o latim, desarticulou as limitações que impediam mulheres de se expressarem publicamente ou, que restringiam-nas de acordo com certas normas. Não somente construiu sua própria legitimidade, como questionou a legitimidade daqueles que tentaram discipliná-la a partir do silêncio. Inverteu as relações de autoridade, os espaços de poder e de fala. Esses elementos foram deslocados junto das próprias restrições de gênero que negavam às mulheres o poder acessado através do discurso. Em sua narrativa inscreveu-se no púlpito e ensinou aos homens sobre como seus comportamentos eram impróprios e pecaminosos.

Margery Kempe criou para si um papel que se afastaria das normatizações: não consentiu em calar-se. Além do deslocamento desse discurso masculino em favor da fala das mulheres, a linguagem de suas lágrimas transgredia a disciplina clerical e aparecia como um espaço importante de inscrição pública de si.

Retomando a noção de gênero como um conjunto de atos repetidos dentro de uma estrutura reguladora, podemos dizer que Kempe questionou a marca do silêncio como ponto fundamental para a configuração da mulher. Em certos momentos, incumbiu aos homens o signo do erro. O discurso, como objeto de desejo dentro das relações de poder, é colocado em disputa aqui. Destacamos: falar por si não era um algo corriqueiro, mas se ligava a um complexo processo que envolvia uma busca por agência, por inscrição de si em um espaço público e por poder interpretar a própria subjetividade. Sobretudo, envolvia a atribuição de autoridade, exigência fundamental para a própria validação como autora.

Entendendo seu texto como um espaço possível para as disputas discursivas, *The Book* aparece como uma esfera importante para analisarmos as consolidações ou ressignificações dos papéis de gênero e de suas relações de poder. Apesar da presença de aspectos comuns aos discursos masculinos sobre as mulheres nos séculos XIV e XV (como os eventos de tentações luxuriosas ou a própria exigência do matrimônio), é possível apontar deslocamentos centrais. É possível perceber como a delimitação dos espaços e das configurações de gênero não estavam plenamente consolidadas a ponto permitir divergências. Se é verdade que as relações de gênero foram estabelecidas em grande medida por normativas elaboradas por homens, por outro lado elas estiveram em constante disputa: Margery Kempe, como uma mulher que acessou a escrita, dá indícios das instabilidades relativas ao gênero. Por fim, se os discursos normativos negavam à mulher o espaço de fala e a autoridade, em *The Book* essas prerrogativas foram fortemente tensionadas.

## Fontes

KEMPE, Margery. *The Book of Margery Kempe*. 3. ed. Traduzido por B. A. Windeatt. London: Penguin Books, 2004.

KEMPE, Margery. *The Book of Margery Kempe*. [S.l.: s.n.], 1436. Disponível em: <<http://english.selu.edu/humanitiesonline/kempe/>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

## Referências bibliográficas

ARNOLD, John H.; LEWIS, Katherine J. (Ed.). *A Companion to The Book of Margery Kempe*. Cambridge: D. S. Brewer, 2004.

ASCOLI, Albert Russel. *Dante and the making of a Modern author*. New York: Cambridge University Press, 2008.

BLOCH, Howard. *Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

\_\_\_\_\_. (et. all.) (Org). *Rethinking the New Medievalism*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.

BODDEN, M. C. *Language as the site of revolt in medieval and Early Modern England: speaking as a woman*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BYNUM, Caroline Walker. *Holy Feast and Holy Fast: the religious significance of food to medieval women*. Berkeley: University of California Press, 1988.

\_\_\_\_\_. *Jesus as Mother: studies in the spirituality of the High Middle Ages*. Berkeley: University of California Press, 1984.

DICKENS, Andrea Janelle. *The Female Mystic: great women thinkers of the Middle Ages*. London: I.B. Tauris, 2009.

DRONKE, Peter. *Las escritoras de la edad media*. Barcelona: Critica, 1995.

DUBY, Georges. *Damas do século XII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FARMER, Sharon; PASTERNAK, Carol Braun (Ed.). *Gender and difference in the Middle Ages*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2013.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GOODMAN, Anthony. *Margery Kempe and her world*. Harlow: Pearson Education, 2002.

MACEDO, José Rivair. “Os manuais de confissão luso-castelhanos dos séculos XIII-XV”. *Revista Aedos*. V. 2, n. 2. 2009, pp. 18-34.

- MCAVOY, Liz Herbert. *Authority and the female body in the writings of Julian of Norwich and Margery Kempe*. Cambridge: D. S. Brewer, 2004.
- MORRISON, Susan Signe. *Women pilgrims in Late Medieval England: private piety as public performance*. London: Routledge, 2000.
- PEDRO, Joana. M.; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.
- PIZAN, Christine. *A Cidade das Damas*. Traduzido por Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012.
- POTESTÀ, Gian Luca; VIAN, Giovanni. *História do Cristianismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v. 20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- VAUCHEZ, Andre. *A espiritualidade da Idade Média ocidental: século VIII – XIII*. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Esperienze religiose nel Medioevo*. Rome: Viella, 2003.
- ZIOLKOWSKI, Jan. “Cultures of Authority in the Long Twelfth Century”. *Journal of English and Germanic Philology*. Board of Trustees, University of Illinois, outubro, 2009, PP. 421-448.